

O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Ebora*

RUI MATALOTO*

*A meu pai, João da Silveira,
que partiu enquanto estas linhas eram escritas...*
S.T.T.L.

R E S U M O

Pretende-se, com o presente trabalho, apresentar um conjunto de dados que se crê virem permitir um melhor enquadramento das ocupações do Castelo dos Mouros da Graça do Divor, no contexto da ocupação romana regional.

A B S T R A C T

This work will present new information regarding the architecture and ceramic collection from the site of Castelo dos Mouros, Graça do Divor, Portugal. This new information will allow for a better understanding of the Roman occupation and better clarify the context of this site within the region.

1. Castelo dos Mouros: implantação e arquitectura¹

O Castelo (ou Cabeço) dos Mouros da Graça do Divor localiza-se em pleno Alentejo Central, no concelho de Évora, a noroeste da cidade, junto da aldeia de N.^a Sr.^a da Graça do Divor (Fig. 1). Implanta-se numa pequena, mas destacada, elevação de encostas suaves, com ampla visibilidade de Sudoeste a Nordeste, sobre a extensa planície da Ribeira do Divor (Figs. 2 e 3).

Entre pequenos afloramentos graníticos, são bem visíveis dois troços de uma estrutura, construída em grandes blocos “megalíticos” de granito, correspondentes, genericamente, aos lados sudeste e sudoeste, do que deveria ter sido um amplo recinto de planta quadrangular (Fig. 4). Os restantes lados ou foram completamente desmantelados, ou nunca foram efectivamente construídos, tendo em conta que o afloramento emerge à superfície na maior parte da área onde se

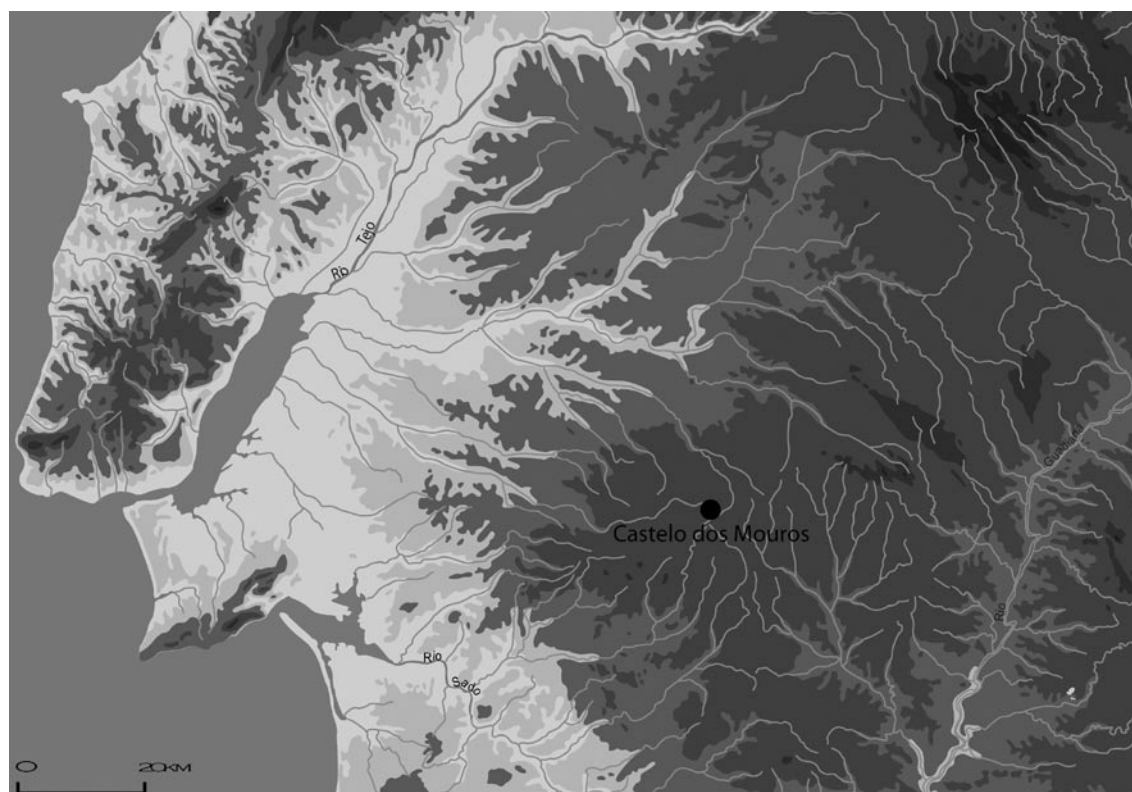


Fig. 1 Localização do Castelo dos Mouros no Alto Alentejo.



Fig. 2 Localização do Castelo dos Mouros na CMP 448 – 1:25 000.



Fig. 3 Vista geral do cabeço do Castelo dos Mouros.

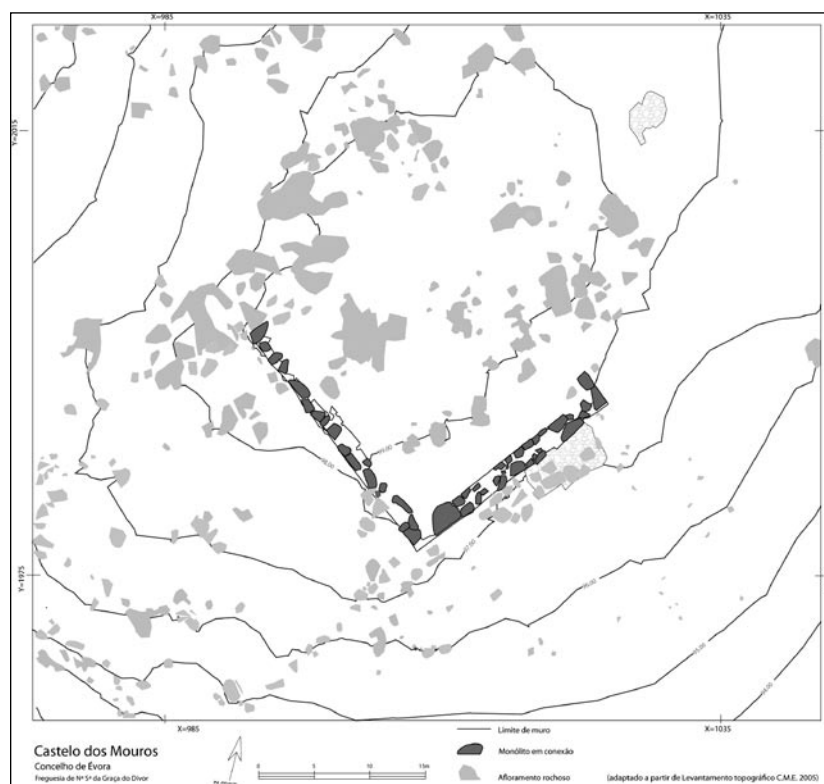


Fig. 4 Levantamento topográfico do Castelo dos Mouros (CME – 2005).



Fig. 5 Vista geral do lado sudeste do Castelo dos Mouros (escala com 2 m).



Fig. 6 Vista geral do canto este do Castelo dos Mouros.

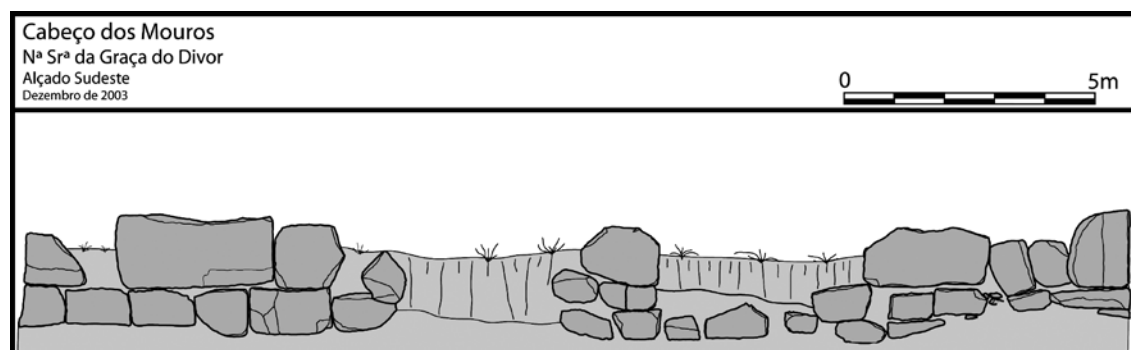


Fig. 7 Alçado Sudeste do Castelo dos Mouros.

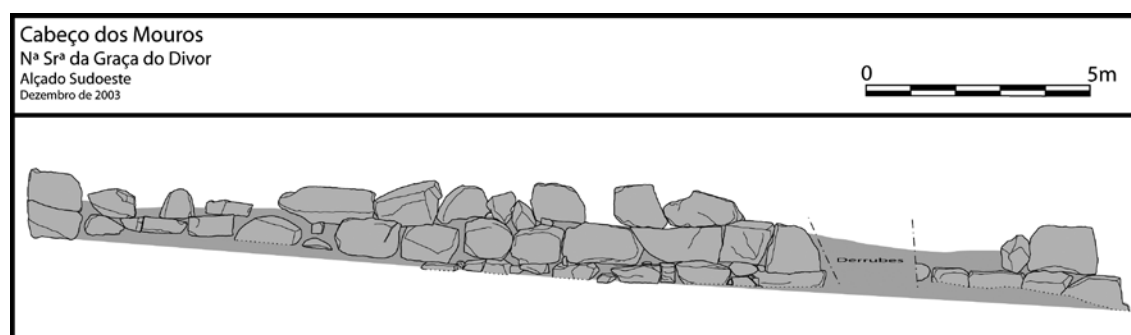


Fig. 8 Alçado sudoeste do Castelo dos Mouros.

implantam. Apenas uma intervenção arqueológica poderá, eventualmente, confirmar ou infirmar qualquer destas hipóteses.

A estrutura teria, aparentemente, uma planta rectangular, atendendo que se conservam ainda três dos cantos, apresentando 21,50 m no lado sudeste (Figs. 5 e 7) e perto de 25 m no lado sudoeste (Fig. 8). As paredes apresentam uma espessura bastante considerável, com cerca de 1,70 m, contando mais de 2,10 m de altura máxima conservada.

O aparelho utilizado é, na realidade, o elemento mais característico desta construção, ao integrar blocos de muito grande dimensão (megalíticos), alguns dos quais verdadeiramente “ciclópicos”, apresentando medidas como: 3 m x 1,80 m x 1,50 m. No geral, os blocos foram apenas toscaamente afeiçoados, de modo a obter um lado plano, utilizado nas faces da estrutura. Por vezes, alguns deles surgem mais trabalhados, nomeadamente os dos cantos, tendo sido afeiçoados de modo a obterem-se duas faces planas (Fig. 6). Alguns blocos do lado sudeste parecem estar afeiçoados na base, perfazendo um friso de remate. Os muros seguem a técnica do duplo paramento, preenchendo-se o espaço restante com terra e pedra menor; nalguns casos a espessura dos blocos é de tal ordem, que estes surgem em perpianho.

A construção, apesar do seu ar robusto, é realizada em pedra seca, sem recurso a qualquer argamassa ou ligante, sendo os grandes blocos nivelados por outros menores, ou simplesmente afeiçoados de modo a encaixarem.

A escassez de materiais cerâmicos à superfície, tal como a ausência de taludes de derrubes, deixa escassa margem à compreensão do modo como o edifício se desenvolveria em altura, podendo ter utilizado ou materiais perecíveis, ou mesmo terra.

Em torno do edifício principal, e sem fazer recurso a um aparelho “megalítico”, é possível observar indícios de estruturas, em particular no lado Poente, que dão a entender que a construção “megalítica” se integraria num conjunto edificado mais vasto e diverso.

Em toda a área imediata à construção, mesmo atendendo à fraca visibilidade do solo, é notória a escassez de cerâmica à superfície, dificultando qualquer tentativa directa de integração histórica do local.

2. Castelo dos Mouros: proposta de integração histórica

Se os indícios arqueológicos recolhidos no cerro do Castelo dos Mouros são escassos, já a sua envolvente imediata entregou um conjunto relevante de dados, que permitem perspectivar uma longa ocupação de época romana, adjacente ao sítio que aqui nos ocupa.

Num pequeno interflúvio, não mais de 150 a 200 m a sudoeste do Castelo dos Mouros, e que se estende até próximo deste, detectou-se uma importante ocupação romana, dispersa por uma

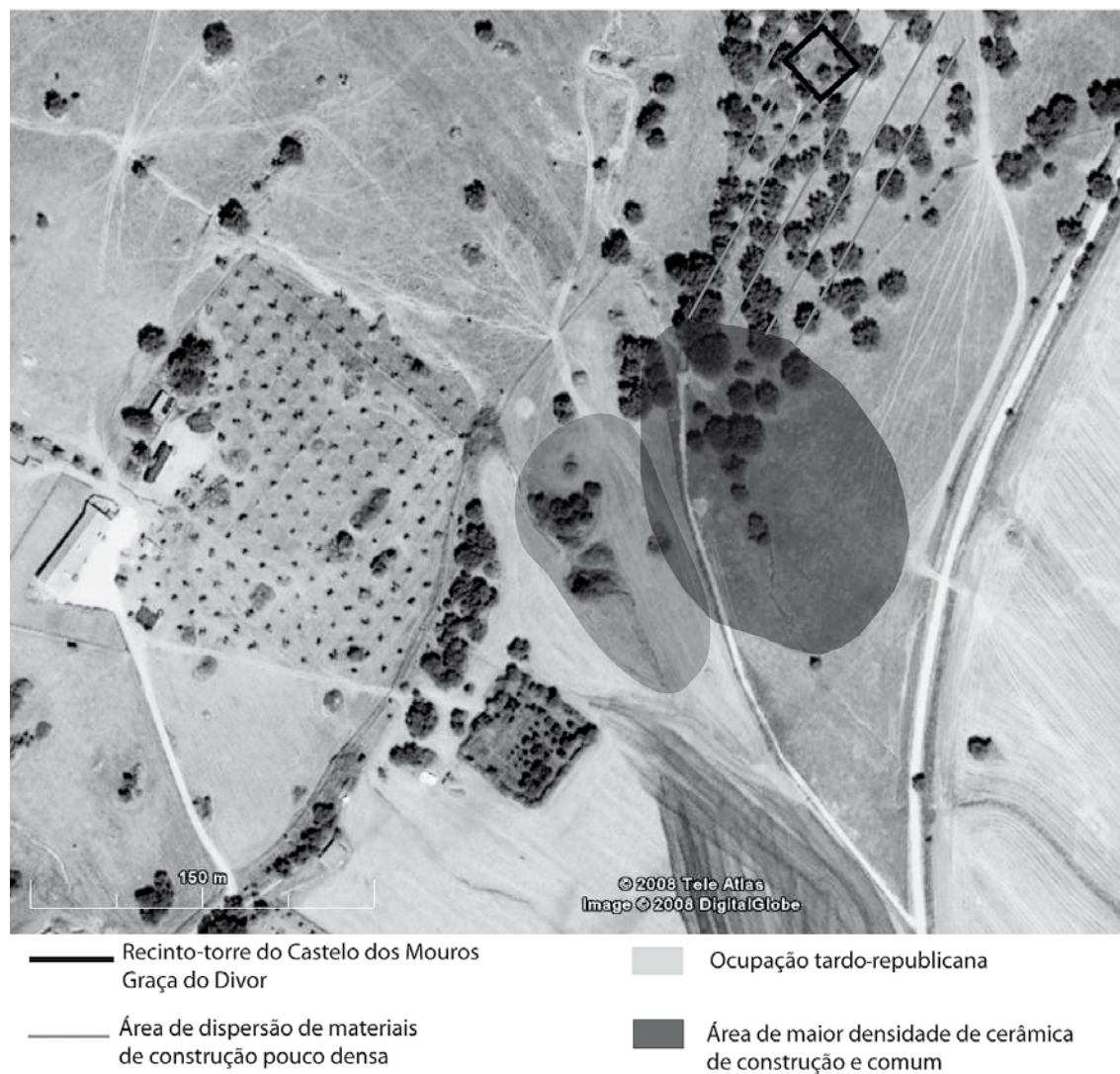


Fig. 9 Fotografia aérea (Google Earth), com mancha de dispersão dos materiais arqueológicos em torno do Castelo dos Mouros.

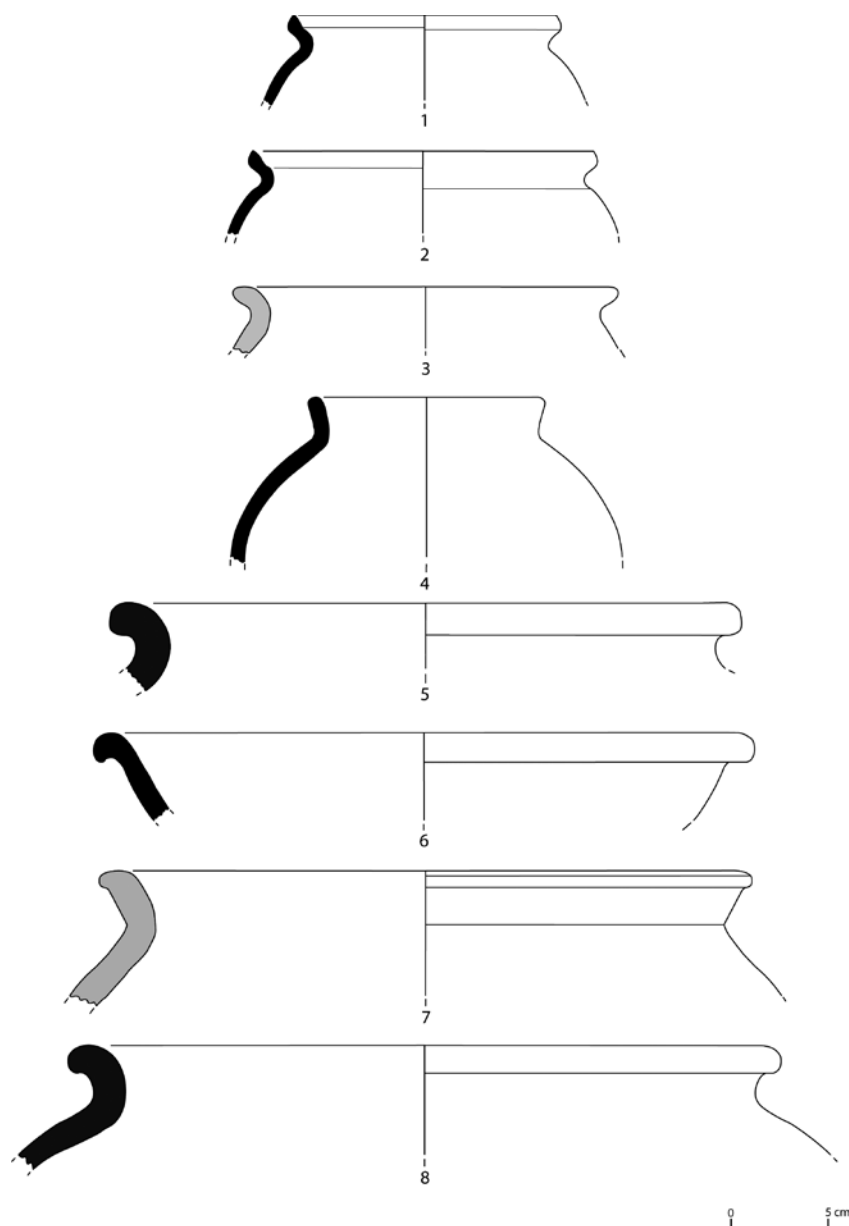


Fig. 10 Conjunto cerâmico de produção regional recolhido no Castelo dos Mouros.

vertente muito ligeira. As duas linhas de água junto das quais se verifica a ocupação encontram-se actualmente a desmontar a estratigrafia arqueológica, indiciando, eventualmente, alguma alteração dos seus cursos, possivelmente provocada pela construção, a montante, das captações do Divor, que abasteceram a cidade de Évora.

A distribuição dos elementos cerâmicos à superfície permite assinalar uma clara diferenciação na área de dispersão das presenças, entre uma zona mais a sudoeste do recinto, relacionada com uma ocupação tardo-republicana, e outra mais a sul, onde nos surgem mais evidências de época imperial (Fig. 9). Comece-se então pela área mais a sudoeste.

Nesta área os materiais de construção estão quase totalmente ausentes, sendo notória a presença frequente de cerâmica regional morfológicamente afim das características no final da Idade do Ferro (Fig. 10).

Ao nível da cerâmica importada é de destacar a presença de cerâmica campaniense do "Círculo da B" (Fabião, 2001), ainda que não seja possível determinar a forma, tal como acontece com as cerâmicas de paredes finas. As presenças anfóricas encontram-se mais bem representadas, estando documentadas produções da área bética, quer do vale do Guadalquivir quer da baía de Cádiz, mas também lusitanas, aparentemente do Tejo/Sado, que se tratarão mais em pormenor em seguida.

A área a sul do Castelo dos Mouros, ainda que absolutamente contígua à anterior, apresenta assinaláveis diferenças ao entregar um conjunto bastante mais afim das baixelas cerâmicas romanas de época imperial (Pinto, 2003), para além das presenças de *terra sigillata* de produção gálica e hispânica. A presença de materiais de construção, ausentes na área anterior, e mesmo raros junto ao recinto, parece reforçar este desfasamento cronológico entre os vários espaços.

O processo histórico do Castelo dos Mouros, atendendo às ocupações detectadas nas imediações, parece desenrolar-se entre os finais da República e o primeiro século do Império, acompanhando a instalação do mundo provincial romano no *ager* de *Liberalitas Iulia Eboracensis*.

3. As produções anfóricas do Castelo dos Mouros no contexto dos fortins alentejanos: breve perspectiva

De entre o conjunto de materiais recolhido nas imediações do Castelo dos Mouros destaca-se um conjunto de ânforas que, pela sua diversidade, significado cronológico e económico importa tratar com maior detalhe.

Nas imediações do Castelo dos Mouros recolheram-se, em trabalhos de prospecção de superfície, mais de uma dezena de fragmentos de bordo de ânforas e outros tantos fragmentos de asas e fundos, ainda que tratemos aqui apenas dos primeiros.

As produções béticas parecem corresponder, principalmente, às mais antigas ânforas ovóides oleícolas provenientes do Guadalquivir (Fabião, 2000, p. 667) (Fig. 11). As mais frequentes aproximam-se da "unusual small variant" da Haltern 70 (Classe 15), ao apresentarem pequenos lábios de fita (Peacock & Williams, 1986, p. 115), enquadráveis no Grupo IX de Almeida (2006, p. 82), de marcada heterogeneidade. Esta variante tem vindo a ser assinalada como uma produção autónoma, associável à Classe 24, paralela às mais usuais Haltern 70, ainda que seja bastante complexa a sua identificação recorrendo apenas aos fragmentos de bordo. A par destas, documentou-se uma outra ânfora, provavelmente enquadrável na Classe 24, mas de bordo distinto, perolado e não em fita como os anteriores, afim das ânforas Oberaden 83, associáveis aos mais antigos contentores oleícolas béticos (Almeida, 2006, p. 85) (Fig. 11, 1).

As ânforas Haltern 70 (Classe 15) ou Grupo VI de Almeida (2006, p. 59) estão igualmente aqui registadas, indiciando, provavelmente, a importação de vinho em contentores produzidos na bacia do Guadalquivir (Fig. 11, 3 e 5).

As produções anfóricas da Bética costeira, nomeadamente da baía de Cádiz, estão documentadas apenas por fragmentos de bojo, não sendo possível reconhecer o tipo de contentor.

As restantes ânforas correspondem a produções lusitanas, aparentemente do Tejo/Sado (Fig. 12), integráveis nas mais antigas produções anfóricas desta região com morfologia de tipo romano, que têm vindo a ser sistematizadas muito recentemente (Morais & Fabião, 2007), apesar dos diversos indícios já assinalados (Fabião, 2004).

Ainda que registe grande semelhança relativamente a diversos tipos de contentor, ao nível do bordo e parte do desenvolvimento do colo, nomeadamente afins das Classe 15 e 16, em particular

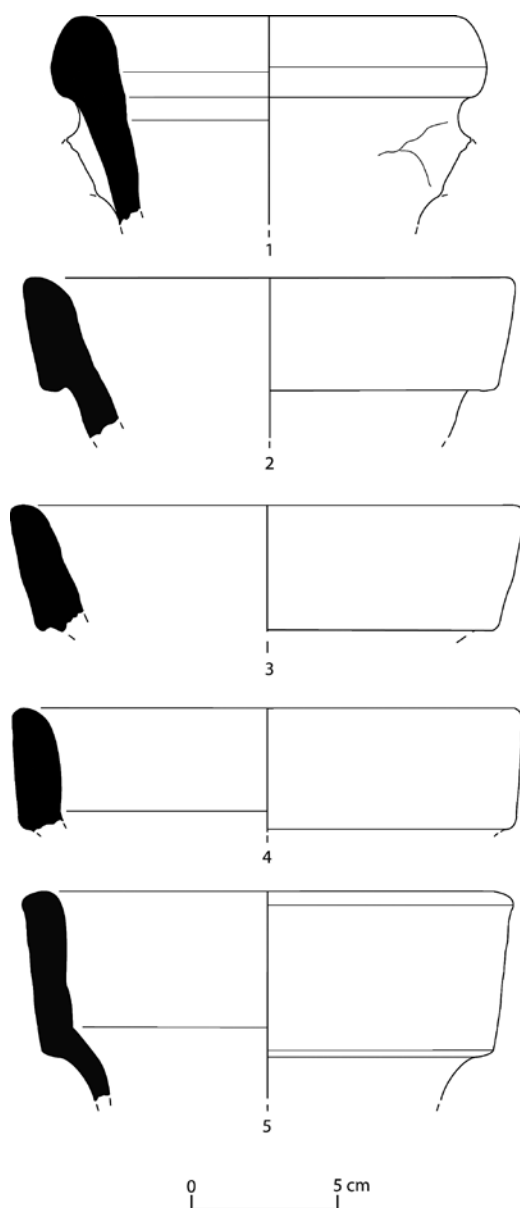


Fig. 11 Ânforas produzidas na Bética (Guadalquivir) recolhidas no Castelo dos Mouros.

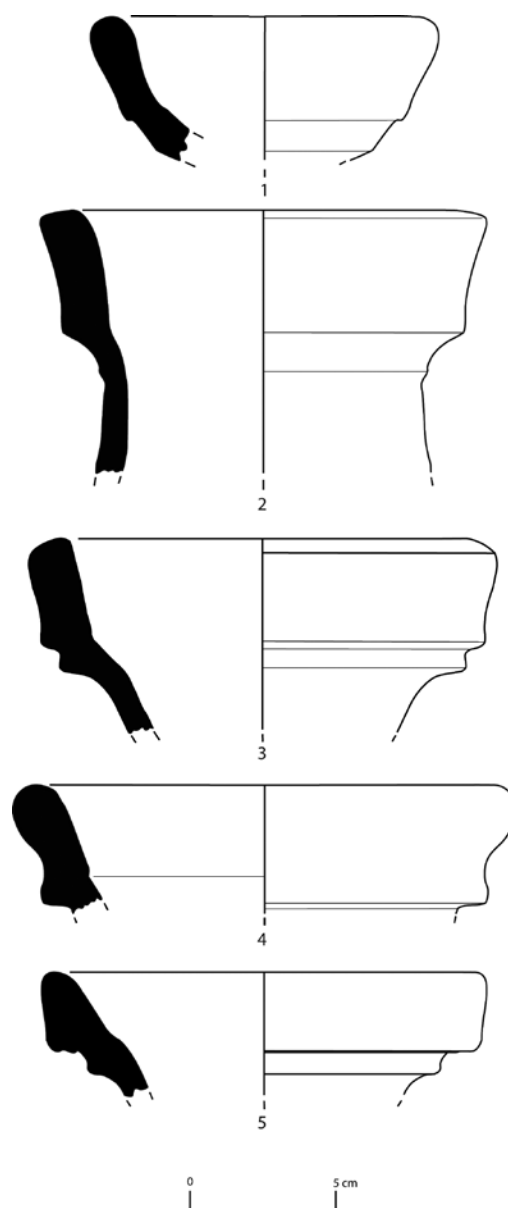


Fig. 12 Ânforas lusitanas provenientes do Castelo dos Mouros da Graça do Divor.

das Haltern 70 e Dressel 7 (Morais & Fabião, 2007), está ainda bastante insegura a definição das características específicas dos diferentes morfótipos, longe de se resumirem à forma Lusitana 12 de Diogo (1987, p. 182); assim, e dada a escassez de exemplares inteiros, o que, a par de uma enorme variabilidade dos bordos (Pimenta & al., 2007, 304), impõe sérias restrições à atribuição de uma designação específica, sendo conveniente a sua reunião sob a designação genérica de “ânforas ovóides” lusitanas (Pimenta & al., 2007, p. 304).

Julgo importante assinalar que, no caso do Castelo dos Mouros, mesmo tratando-se de um diminuto conjunto de superfície, sem qualquer pretensão de representatividade, não deixa de ser significativo que, num momento aparentemente antigo as presenças lusitanas se equiparem em número às importações da Bética. Por outro lado, se as presenças béticas parecem resultar da

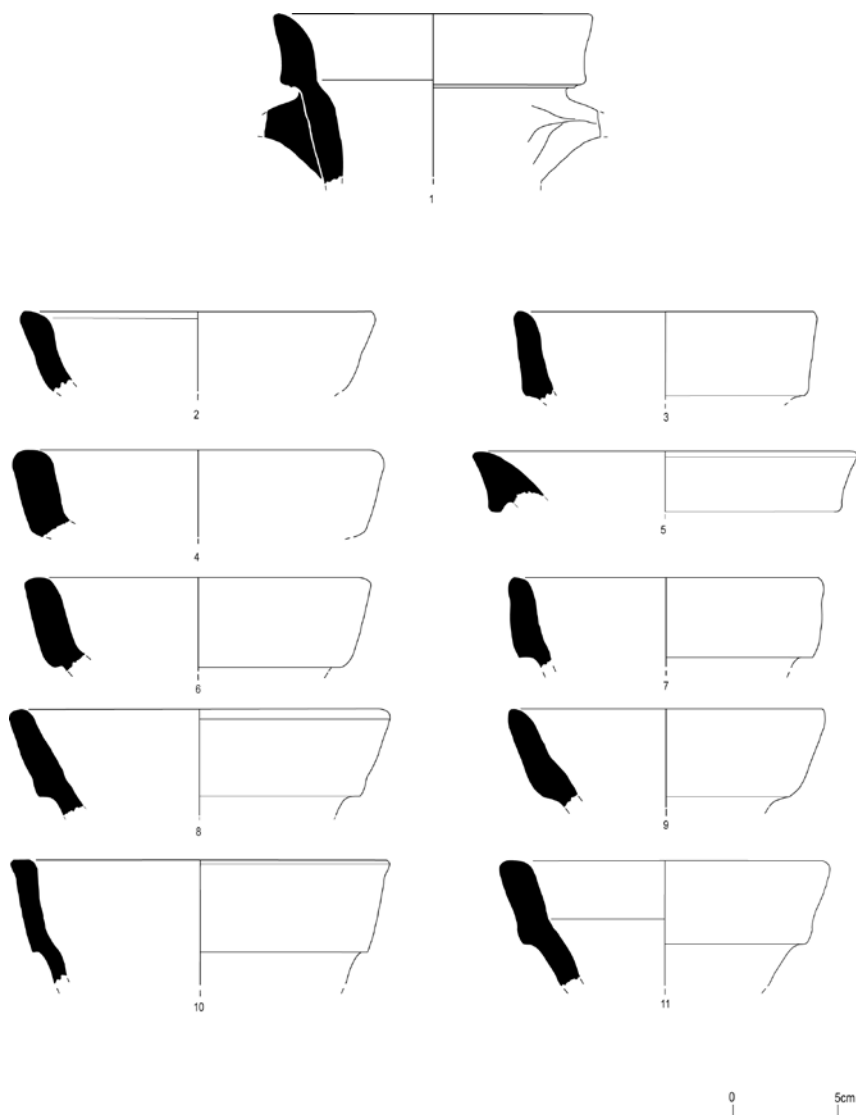


Fig. 13 Ânforas produzidas na Bética (Guadalquivir) recolhidas no fortim do Caladinho.

importação de vinho e/ou azeite, já as presenças lusitanas poderão estar associadas à importação de produtos piscícolas, indiciando desde momentos antigos uma importante área produtora na fachada atlântica.

Este mesmo panorama de presenças tem vindo a ser registado em diversos fortins alentejanos (Mataloto, 2002, 2004), para além da fortificação do Castelo da Lousa, onde se encontram bem documentadas (Morais & Fabião, 2007, p. 130), tudo em cronologias que apontam para as últimas décadas do século I a.C., talvez mesmo em momentos pré-augustanos.

Como se afirmou, no essencial, os restantes fortins alentejanos acompanham genericamente o panorama traçado para o conjunto de ânforas do Castelo dos Mouros. No entanto, e sem esquecermos que estamos a tratar com realidades muito parcelares, resultantes de recolhas de superfície, é possível vislumbrar algumas diferenças nos diversos conjuntos anfóricos reunidos.

Deste modo, o sítio dos Soeiros (Arraiolos) apresenta uma realidade, aparentemente, mais próxima dos meados do século I a.C., justamente por ser o único onde se registou a presença de ânforas da Classe 67, a par de diversos exemplares genericamente enquadráveis na Classe 24 e

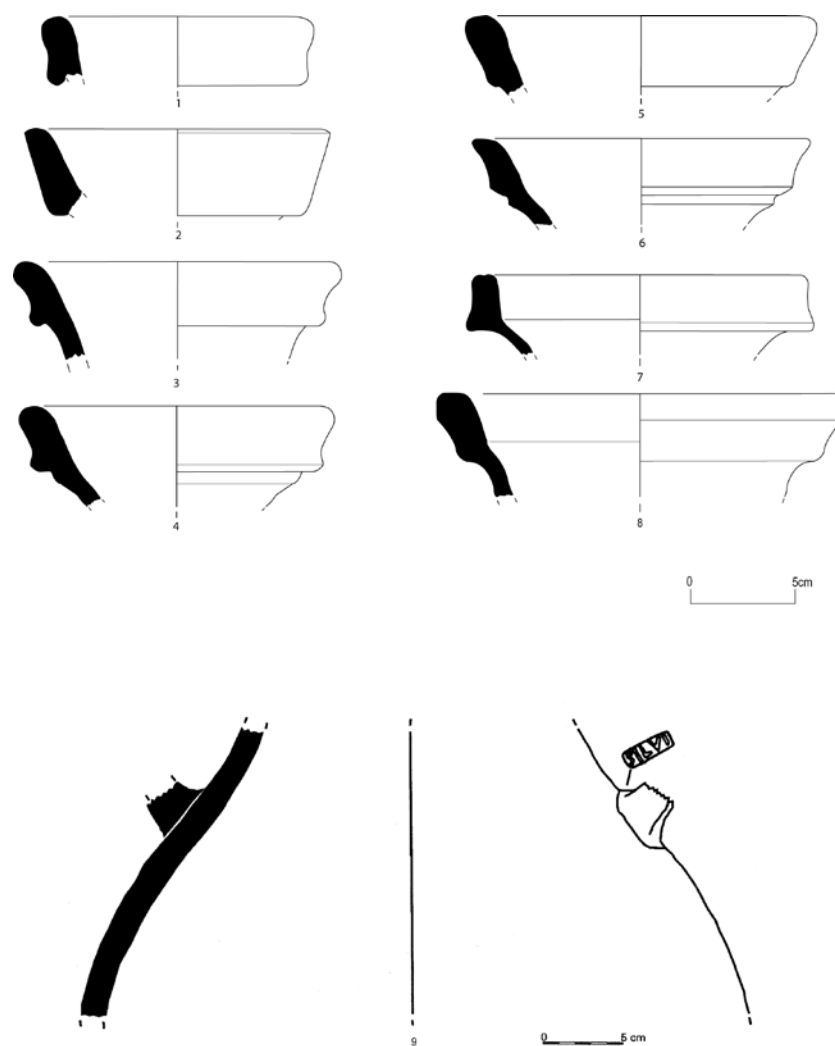


Fig. 14 Ânforas lusitanas provenientes dos fortins alentejanos (1-5 – Caladinho; 6 – Sempre-Noiva; 7 – Soeiros; 8 – Monte do Almo; 9 – Outeiro da Mina (seg. Boaventura & Banha, 2006, p. 391).

Classe 15 (Haltern 70) (Calado, Deus & Mataloto, 1999; Mataloto, 2002), todas provenientes dos centros produtores do Guadalquivir. Todavia, também aqui foi possível registar a presença de um ou dois exemplares de produções lusitanas, de bordo triangular, afim das Dressel 7 (Fig. 14, 7).

O fortim do Caladinho (Redondo) parece, efectivamente, reportar-se a um momento ligeiramente posterior, estando dominado pelas presenças anfóricas béticas do Guadalquivir, das Classes 15 (Haltern 70), das ânforas “ovóides” da Bética, o designado Grupo IX de Almeida (2006, p. 82) afins da Classe 24 ou “unusual small variant” das Haltern 70 e Classe 16 (Dressel 7-11); surge ainda um exemplar de uma Classe 5 (Dressel 1C), igualmente produzido nos centros oleiros do Guadalquivir (Fig. 13). A par destas documentam-se diversos fragmentos de bordo, mas também asas e fundos, de ânforas de produção lusitana que, atendendo aos característicos bordos moldurados e em fita, claramente se integram nas primeiras produções lusitanas (Morais & Fabião, 2007) (Fig. 14).

Nos restantes casos conhecidos, as presenças anfóricas estão muito escassamente documentadas, caso do Monte do Almo ou Santa Justa, com apenas 1 exemplar cada que, todavia, se inte-

gram igualmente dentro destas produções antigas da Lusitânia. No sítio do Penedo do Ferro recolheu-se apenas uma ânfora da Classe 15 (Haltern 70), produzida nos centros do Guadalquivir. Importante será, igualmente, mencionar a identificação no recinto-torre do Outeiro da Mina de um fragmento de bojo com a marca SILVI aposta junto à base de uma asa (Boaventura & Banha, 2006), característica que parece acompanhar as mais antigas produções lusitanas (Morais & Fabião, 2007), tendo sido integrada pelos autores na Classe 20/21.

As presenças anfóricas nos fortins alentejanos parecem traçar-nos um panorama, para os últimos decénios do século I a.C. e a viragem da Era, onde é claro o domínio das produções béticas do Guadalquivir, que deveriam assegurar a distribuição regional de produtos importados como o vinho ou o azeite (Fig. 13). Julgo ainda pertinente efectuar um breve apontamento sobre as redes de distribuição actuates nesta região. Em *Scallabis* (Santarém), importante colónia e porto no interior do estuário do Tejo, documentou-se um claro predomínio das importações da Bética costeira nestes momentos derradeiros do século I a.C., e mesmo durante grande parte do século seguinte (Arruda, Viegas & Bargão, 2005, p. 295), enquanto os dados recolhidos nos fortins do Alto Alentejo evidenciam um fluxo comercial claramente devedor dos centros produtores do Guadalquivir, o que acaba por nos traduzir os diversos ritmos e canais de distribuição presentes no Sul da fachada atlântica peninsular, eventualmente relacionados com o cariz de cada centro receptor.

A par destas produções começa a emergir uma nova realidade, que ganha força mais próximo da viragem da Era, onde as ânforas de origem lusitana se tornarão mais presentes, provavelmente relacionadas com a distribuição de preparados piscícolas, produzidos já em ampla escala na fachada atlântica (Fig. 14).

Na realidade, ainda que esta fase antiga de produção seja de identificação e valoração relativamente recente, têm-se multiplicado os trabalhos onde estes morfótipos têm vindo a ser registados, um pouco por todo o território nacional, desde Braga e foz do Douro (Morais & Fabião, 2007), a Santarém (Arruda, Viegas & Bargão, 2006), Vila Franca de Xira e Coruche (Quaresma, 2005; Quaresma & Calais, 2005), Alcácer do Sal (Pimenta & al., 2006) até ao interior alentejano, no Castelo da Lousa (Morais & Fabião, 2007), para além dos exemplares agora dados a conhecer. Estas presenças nos centros de consumo foram antecedidas pela documentação das mais antigas fases de produção lusitana em alguns centros produtores do Sado, principalmente em Abul, na designada fase de ensaio (Mayet & Silva, 2002), Setúbal (Fabião, 2004, p. 392) ou Pinheiro, apesar de menos bem documentada (Mayet & Silva, 1998). Para além do Baixo Sado estas produções antigas, afins das Classes 15 e 16 da Bética, surgem documentadas nos fornos do Morraçal da Ajuda, em Peniche (Fabião, 2004, p. 388), sendo bastante provável a sua produção igualmente no Tejo (Fabião, 2004, p. 402).

Este panorama, de claro predomínio das produções do Guadalquivir, sofrerá alterações, com o evidente decréscimo da sua presença nas realidades rurais do mundo provincial romano, estudadas no Alentejo. Neste sentido aponta o estudo realizado em três *villae* do território alentejano (Tourega, Monte da Cegonha e São Cucufate) (Pinto & Lopes, 2006, p. 220), não desmentido em outros trabalhos sobre conjuntos menos numerosos (Boaventura & Banha, 2006; Almeida & Carvalho, 1998). Efectivamente, esta alteração, como bem sustentam aquelas autoras, na esteira de outras (Mayet & Schmitt, 1997), deverá em boa medida resultar da consolidação de uma economia produtora, onde os principais produtos originários do Guadalquivir, vinho e azeite, passam a desempenhar um papel relevante na produção agrícola regional. Por outro lado, a consolidação da fachada atlântica do actual território português como uma grande área produtora de preparados piscícolas (Fabião, 2004), desde cedo se traduzirá no crescendo das presenças anfóricas que enviam estes produtos, ganhando a partir da viragem da Era um efectivo domínio.

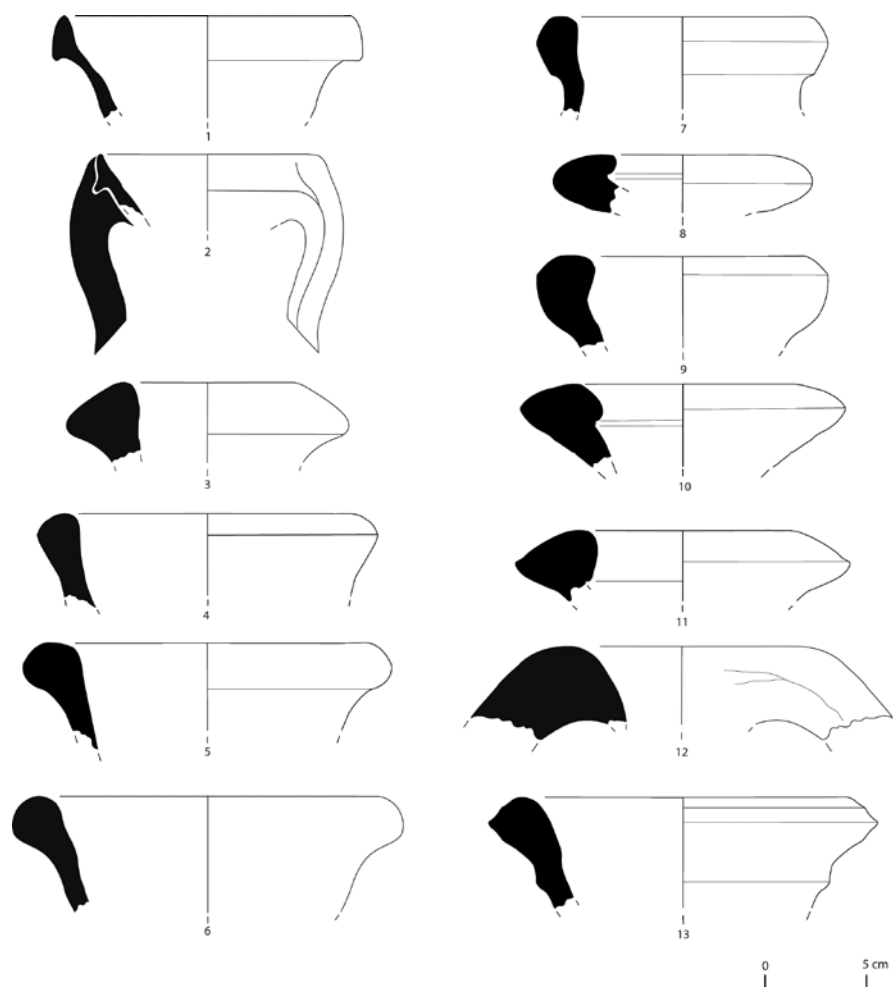


Fig. 15 Ânforas produzidas na Lusitânia (1 a 6) e na Bética (Guadalquivir 7 a 11 e costeira 12 e 13) recolhidas em diversas *villae* dos arredores de Évora (Faia, Redondo – 1, 2 e 4; Azinhalinho, Redondo – 3, 5 12 e 13; Santa Susana, Redondo – 6, 10 e 11; Santa Justa, Arraiolos – 7; Monte da Igreja, Redondo – 8; Capela, Redondo – 9. Ânforas Classe 23 (Almagro 51c) – 1 e 2; Classe 22 (Almagro 50) – 3, 12 (?) e 13; Classe 20/21 (Dressel 14) – 5 e 6; Classe 25 (Dressel 20) – 7 a 11.

Todavia, a presença de importações originárias da Bética manter-se-á ainda longamente, particularmente relacionada com a distribuição de produtos oleícolas, mas também piscícolas, como foi possível testemunhar para as já citadas *villae*, principalmente do Baixo Alentejo, sendo as presenças menos significativas no território alto-alentejano (Pinto & Lopes, 2006, p. 218), deixando claro os diversos ritmos e redes de distribuição dos citados produtos no Sul do actual território nacional.

No entanto, se o enorme domínio das presenças lusitanas na *villa* da Tourega é interpretado como resultante da proximidade quer da desembocadura do Tejo/Sado, quer da via *Olisipo – Emerita*, já os dados coligidos no concelho de Redondo, onde se situam diversos dos fortins aqui apontados, ainda que não contrariem esta tendência, parecem apontar para uma presença, no Alto e Baixo Império, de um importante afluxo de ânforas originárias do Sul peninsular. Assim, ainda que a presença de contentores de preparados piscícolas produzidos na Lusitânia predomine no contexto das recolhas efectuadas nas diversas *villae* do concelho, foi possível documentar em boa parte delas ânforas de importação do Guadalquivir, e em menor número da Bética costeira, caso do Azinhalinho, Santa Susana, Capela, Monte da Igreja, entre outras (Calado & Mataloto, 2001) (Fig. 15). No caso dos contentores oleícolas da Bética a sua maior presença já tinha sido efectiva-

mente proposta, quer para os contextos urbanos, quer mesmo rurais (Fabião, 1993-1994). Estes encontram-se mesmo presentes em todas as *villae* onde se efectuaram recolhas significativas (Santa Susana, Capela, Azinhalinho e Monte da Igreja).

Deste modo, e ainda que a partir da viragem da Era se reconheça o efectivo domínio das presenças anfóricas de preparados piscícolas lusitanos, continuam a afluir a estas paragens do interior alentejano diversos produtos originários do Sul peninsular, perpetuando antigos fluxos comerciais que, por vezes, em algumas regiões, caso da área de Serpa (Norton, Cardoso & Carvalhosa, 2006), talvez pela proximidade de um Guadiana navegável até Mértola, assumem presenças verdadeiramente inusitadas, assinalando os diversos ritmos e fluxos de que se reveste o abastecimento de produtos ao mundo provincial romano do Sudoeste peninsular.

4. Arquitectura "megalítica" romana: os arredores de Évora e o seu contexto peninsular

O Castelo dos Mouros da Graça do Divor foi recentemente integrado e interpretado no contexto daquilo que se designou por fortins alentejanos (Mataloto, 2002, 2004). Estes correspondem a um conjunto de instalações de cariz diverso que partilham características como a presença de um edifício quadrangular em posição central ou destacada e áreas relativamente modestas, instalados em meio rural a partir do terceiro quartel do século I a.C. Segundo a última proposta (Mataloto, 2004), poderíamos subdividir estas realidades arquitectónicas em quatro tipos distintos: redutos fortificados, torres, casas fortes e recintos-torre, onde se enquadra o sítio aqui em estudo. Neste momento, conhecem-se mais de três dezenas destes fortins em todo o Alto Alentejo, estando consciente do enorme trabalho de identificação que ainda nos resta por fazer.

O Castelo dos Mouros encontra-se, então, profundamente integrado num contexto local e regional densamente ocupado por instalações do tipo fortim, que assumem uma manifesta diversidade arquitectónica (Mataloto, 2002, 2004).

Se, na realidade, creio tratar-se de um único fenómeno de povoamento, não deixam de revestir características muito específicas, que permitem uma abordagem parcelar, compreendendo-os nas suas especificidades e idiosincrasias.

Os recintos-torre constituem, pelas suas características construtivas e pelo seu aparelho de grande dimensão, entidades arquitectónicas bastante peculiares e de grande visibilidade que entraram, todavia, tarde na bibliografia da região de Évora (Calado, 1996). No Sul peninsular, concretamente na Alta Andaluzia e Baixa Extremadura, pelo menos desde os anos 70 que se vinha dando a conhecer um conjunto de realidades em tudo semelhantes às conhecidas hoje na região de Évora. Os trabalhos de Fortea & Bernier (1970) sobre os recintos da Bética foram verdadeiramente pioneiros, abrindo um caminho que apenas anos mais tarde se viria a alargar ao Sul da Extremadura, com os trabalhos desenvolvidos na área de La Serena (Rodríguez Díaz & Ortiz Romero, 1989), onde se registaram vários recintos "ciclópicos". Terá sido justamente com estes trabalhos que se começou a instituir a designação de recintos-torre, que, apesar das críticas (Moret, 1995, 1999), creio ainda se manter operativa.

No território alto-alentejano são conhecidos, até ao momento, quatro ou cinco destes edifícios: Outeiro da Mina (Monforte), Mariano (Sousel), Sempre-Noiva (Arraiolos), Castelo dos Mouros (Évora) e o Castelo do Mau Vizinho (Arraiolos) (Fig. 16) cuja integração neste grupo não é pacífica (Mataloto, 2002, p. 209). Num primeiro trabalho sobre os "recintos ciclópicos" da região de Évora (Calado, 1996) surgiram ainda registados outros edifícios (Vale d'El Rei, Santa Justa, Cortes, etc.) que, em minha opinião, não se integram neste conjunto, mas em outros tipos de fortins, tal como já tive oportunidade de assinalar (Mataloto, 2002, p. 196).



Fig. 16 Recintos-torre do Alto Alentejo: 1 – Outeiro da Mina (Monforte); 2 – Mariano (Sousel); 3 – Sempre-Noiva (Évora); 4 – Castelo do Mau Vizinho (Arraiolos).

Estando dois destes monumentos no concelho de Évora (Castelo dos Mouros e Sempre-Noiva), um no concelho de Sousel (Mariano) e outro no concelho de Monforte (Outeiro da Mina), pouco se pode alegar sobre uma qualquer relação geográfica efectiva, que fizesse pressupor uma estratégia de ocupação comum a estas realidades arquitectónicas.

Os recintos-torre são, tal como o Castelo dos Mouros, estruturas de planta quadrangular e área reduzida que se caracterizam pela utilização de um aparelho de muito grande dimensão, em geral toscamente afeiçoado, fazendo por vezes uso de blocos apenas reajustados da sua localização original. Os edifícios deste tipo localizam-se sempre em sítios pouco destacados, ligeiras lombas no terreno ou pequenas rechãs, sem qualquer preocupação defensiva mas, com algum domínio de paisagem; o caso do Outeiro da Mina é, todavia, distinto, ao situar-se no fundo de um vale, que lhe restringe bastante a visibilidade envolvente e dificulta a defensibilidade.

A arquitectura dos recintos-torre segue, genericamente, o conceito e a organização que encontramos nos restantes fortins, principalmente nas torres (Mataloto, 2002, 2004), ainda que a utilização do singular aparelho de grandes dimensões confira um enorme destaque e robustez ao edifício central. Em diversas situações os blocos são apenas afeiçoados numa única face ou, no limite, apenas remobilizados do seu local de origem e integrados na estrutura sem qualquer tratamento, como fica bem patente no recinto do Mariano, em Sousel. No recinto da Sempre-Noiva foram detectados entalhes de encaixe, que visavam o fortalecimento da estrutura, realizada, em qualquer caso, sem qualquer auxílio de argamassas.

Apesar da sua especificidade arquitectónica, os recintos-torre apresentam dimensões relativamente similares aos restantes fortins, oscilando a sua área interna entre os 180 e os 500 m², excepto

no Outeiro da Mina, onde o recinto de aparelho "megalítico" abrange quase 1500 m²; neste caso concreto, no interior da área construída, regista-se a presença de uma possível torre, cujas dimensões se assemelham bastante à área interna dos restantes recintos.

Em torno da grande estrutura detectam-se com frequência indícios de ocupação, por vezes associados a estruturas de menor entidade visível, demonstrando que não se encontrava isolada, antes centralizava o espaço edificado, que raras vezes excederia o milhar de metros quadrados.

Estas estruturas são bem visíveis nos recintos-torre do Castelo do Mouros e do Mariano, indicando a presença de edificações envolventes.

Os trabalhos levados a efeito nos recintos-torre da Extremadura, em particular em Hijovejo, permitiram confirmar a presença de várias estruturas edificadas em torno da torre central (Ortiz Romero & Rodríguez Díaz, 1998, p. 269) que, todavia, no caso vertente, pertencem em boa parte a um momento tardio da ocupação, quando o recinto se apresentava já desactivado da sua função inicial (Rodríguez Díaz & Ortiz Romero, 2003, p. 245).

A origem deste peculiar modo de construir ("ciclópico") foi já rastreada quer em contexto peninsular, quer no contexto mais alargado do Ocidente mediterrâneo (Moret, 1999). Este autor, bastante conhecedor das realidades indígenas, afasta terminantemente qual origem local do "ciclopeísmo" construtivo (Moret, 1999, p. 67), assinalando a grande proximidade das construções peninsulares com algumas edificações da península itálica (Moret, 1999, p. 67). No entanto, não creio que a utilização deste aparelho construtivo resulte de uma qualquer intenção ditada por qualquer cânone construtivo que se consiga rastrear, sendo essencialmente produto da economia da matéria-prima, isto é, da disponibilidade local de grandes blocos, que apenas toscamente afeiçoados e ligeiramente deslocados, permitiriam a edificação de estruturas com esta dimensão e robustez (Fabião, 1998, p. 286). Esta mesma adaptação às condições locais é proposta para as construções itálicas (Moret, 1999), pelo que se pode depreender tratar-se mais de um determinismo geográfico que um modo de construção culturalmente enraizado.

Todavia, como o último autor bem realça, existem claras afinidades entre estas diversas realidades, para além do aparelho, como são a planta compacta, a enorme robustez da construção, a instalação em áreas periféricas e o espectro cronológico, a transição entre a República e o Império (Moret, 1999, p. 67), pelo que pode efectivamente existir uma raiz comum entre as construções itálicas e as peninsulares.

A funcionalidade destes edifícios é difícil de discernir, em grande medida devido à ausência de trabalhos aprofundados de escavação. As características arquitectónicas e a implantação topográfica são variáveis que podem permitir uma aproximação à funcionalidade de cada um deles, todavia, a diversidade de soluções apresentadas e a escassez de recintos-torre conhecidos, limita de sobremaneira as leituras possíveis. A imponentia do aparelho construtivo confere-lhe um aspecto fortificado, turriforme, bastante coerente com uma provável função defensiva ou de vigilância, a qual se coaduna pouco com a implantação topográfica em locais pouco elevados. A utilização de um aparelho de grandes dimensões, com blocos geralmente pouco afeiçoados, efectuando uma estrutura bastante sólida, de execução aparentemente expedita, poderia apontar para períodos de grande instabilidade, onde se justificasse a construção rápida de estruturas robustas, com intuito defensivo.

Uma função de carácter mais "civil", parece-me coadunar-se pouco com um aparelho de grandes dimensões e uma construção pouco cuidada, como acontece em vários deles. Por outro lado, a sua implantação em áreas pouco declivosas torna desnecessária a presença de potentes embasamentos ou muros de contenção de terras, que em outras situações parecem justificar o recurso a tão imponente aparelho. A sua implantação em ligeiras elevações ou áreas aplanadas, fronteiras a

bons solos agrícolas, poderá indiciar uma função civil, agrícola. Estes poderão ser as verdadeiras *villae* fortificadas que tanto se quis ver no Castelo da Lousa ou nos *castella* baixo-alentejanos (Wahl, 1985; Alarcão, 1988); todavia, esta interpretação parece-me demasiadamente linear, na justa medida que não disponibiliza uma clara leitura de todas as realidades identificadas, não justificando, igualmente, a sua ausência em áreas de grande fertilidade agrícola, que posteriormente viriam a conhecer um intenso povoamento rural ao longo de todo o Império. A proximidade de bons solos agrícolas favoreceu, certamente, a integração destes locais em grandes *villae*, mas já num contexto social e económico completamente diferente daquele que parece ter assistido à sua fundação. O caso específico do Outeiro da Mina (Monforte), situado no fundo do vale, junto de um vau, num pequeno esporão com alguma defensabilidade para Sul, demonstra claramente que a instalação de recintos-torre deveria resultar da conjugação de diversas variáveis, ainda difíceis de isolar, e não unicamente da presença de bons solos agrícolas.

Nos casos onde, efectivamente, se encontram vestígios de amplas *villae* na envolvente dos recintos-torre (caso da Sempre-Noiva), pode-se estar perante um fenómeno de aglutinação da estrutura central, enquanto edificação de prestígio, tal como parece ter acontecido no caso da Torre de Centum Celas (Frade, 1993-1994). No entanto, o facto de alguns recintos-torre alentejanos não se encontrarem integrados em amplos conjuntos arquitectónicos do tipo *villae*, caso do Mariano ou do Outeiro da Mina, deixa bem claro, creio, que o móbil da construção de edifícios com estas características não estaria, obrigatoriamente, associado à componente áulica da *pars urbana* das *villae* alentejanas.

As situações onde se deu a solução de continuidade na ocupação poderiam evidenciar uma tentativa falhada de exploração do território. O sítio do Outeiro da Mina, ao implantar-se junto de um importante vau da Ribeira de Almuro, sobre o qual detém alguma defensabilidade, poderá evidenciar uma função diversa para os recintos-torre. Este recinto parece implantar-se, a par dos fortins do Penedo do Ferro, Malhada das Penas e Beçudos, ao longo de uma via de transitabilidade natural SE-NW, acompanhando o curso da Ribeira do Almuro/Ribeira Grande, dos quais constituiriam pontos de controlo em lugares-chave. Assim, numa perspectiva geral, os recintos-torre poderão ter desempenhado funções diversas, respondendo a estímulos distintos e localizados, variando em função das condicionantes imediatas. Deste modo, a sua distribuição não deverá associar-se a qualquer realidade única, ou em resposta a uma função específica, antes representa um dos modos possíveis de instalação em meio rural, a par dos restantes fortins, num momento precoce da "romanização" dos campos. A única condicionante que parece influenciar a distribuição destes edifícios é a disponibilidade de matéria-prima, não se tendo registado qualquer caso de descontextualização geológica destas edificações.

A análise da função desempenhada pelos recintos-torre está certamente relacionada com a sua cronologia de ocupação, tornando-se, então, absolutamente fulcral determinar o contexto histórico específico em que se desenvolvem.

Creio que se começa a dispor de um conjunto suficientemente sólido de dados que permita assegurar a sua instalação dos recintos-torre ao longo da 2.^a metade do século I a.C., talvez com maior incidência nos finais do 3.^o e no último quartel, acompanhando a tendência geral reconhecida no conjunto dos fortins alentejanos (Mataloto, 2002).

Os dados disponíveis para a envolvente do Castelo dos Mouros parecem coadunar-se com esta tendência, bastante mais bem definida no recinto do Mariano, com idêntico perfil cronológico (Mataloto, 2002, 2004).

Se o início do fenómeno construtivo apresenta apenas alguns indícios, o final não parece ser menos problemático, devido à escassez de dados manifestada pela maioria destes edifícios e ao facto

de vários deles estarem integrados em *villae*. Ao desconhecer-se o seu momento de fundação torna-se extremamente difícil, sem recurso a escavações, isolar o momento, se é que alguma vez existiu, em que perdem a funcionalidade inicial e, tal como creio, são integrados numa estrutura produtiva/habitacional mais ampla, a *villa*. O recinto-torre do Mariano parece ser, como já se apontou, paradigmático, ao entregar um conjunto de materiais exclusivamente do final do período republicano, evidenciando uma ocupação muito curta no tempo. Perante este facto, é possível que os recintos-torre perdessem a sua funcionalidade específica muito rapidamente, permanecendo alguns ocupados por razões distintas da original. O recinto -torrede Hijovejo, na Extremadura espanhola, parece ter conhecido um processo idêntico, encontrando-se abandonado e parcialmente desmantelado quando foi integrado no complexo habitacional imperial (Rodríguez Díaz & Ortiz Romero, 2003). A localização destas edificações em áreas de grande riqueza agrícola poderia justificar não só a sua fundação, mas também a continuidade de ocupação, mesmo que tal implicasse ligeiras deslocações dos conjuntos edificados, como parecem apontar os dados aqui avançados.

Os restantes fortins, talvez à excepção das casas fortes, não parecem ter acompanhado este processo de integração no Mundo provincial romano, sendo na sua maioria abandonados definitivamente antes, ou na viragem da Era, após ocupações cronologicamente restritas. A sua localização em ásperos alcantilados rochosos ou em destacadas serranias, pouco se coaduna com a instalação do Mundo rural romano, de clara vertente agropecuária.

Julgo ainda relevante efectuar uma breve menção às realidades "megalíticas" romanas em meio rural conhecidas no Sul peninsular, principalmente na área meridional do território extremeño e do Alto Guadalquivir, favorecendo um melhor enquadramento do conjunto alto alentejano.

Ainda antes de avançar para o território extremeño será necessário assinalar a presença, por enquanto isolada, de um destes recintos em território baixo-alentejano, em Ferreira do Alentejo (Fabião, Norton & Cardoso, 1997), indiciando com clareza um maior espectro de distribuição destas realidades no actual território nacional, ainda largamente encoberto pela geografia da investigação.

O recinto da Casa Branca, tal qual o descrevem os seus autores, apresenta claras semelhanças com os alto alentejanos, ainda que assuma dimensões bem superiores. O aparelho de construção é igualmente de grande dimensão e pouco afeiçoado, assumindo um espectro cronológico claramente tardo-republicano (Fabião, Norton & Cardoso, 1997, p. 39), tal como vem sendo proposto para os recintos-torre alto-alentejanos.

A área extremeña tem assumido um papel de vanguarda no estudo destas realidades "ciclópicas" de época romana, apresentando o único destes monumentos escavado em extensão até ao momento, Hijovejo (Rodríguez Díaz & Ortiz Romero, 2003). Trata-se de um grande recinto de planta quadrangular instalado sobre um enorme batólito granítico, dotado de um conjunto de construções periféricas que se foram instalando progressivamente. Os autores remetem a sua fundação para o primeiro quartel do século I a.C., relacionando-o com o primeiro período das Guerras Civis romanas, ainda que se desconheça em que se baseiam para tão recuada datação. Por outro lado, assumem que os mais de trinta recintos conhecidos na região extremeña de La Serena corresponderão, na sua maioria, a um único movimento de instalação desenvolvido durante esse momento, decorrente de um qualquer plano de patrulhamento de toda esta comarca mineira (Rodríguez Díaz & Ortiz Romero, 2003).

Esta é, de facto, uma proposta bastante sugestiva, que permitiria enquadrar globalmente os recintos "ciclópicos" da área de La Serena, dando-lhe uma unidade crono-funcional difícil de entrever, desta forma, no território alentejano.

No entanto, a visita que tive oportunidade de efectuar a diversos deste recintos extremeños² deixou uma imagem sobejamente distinta da coerência do grupo. Neste momento, julgo manifes-

tamente premente uma revisão e seriação efectiva de todo o conjunto, que permita, tal como aconteceu em território alentejano, uma maior caracterização por grupos, na justa medida em que diversas destas instalações não são, de todo, construções “ciclópicas”, sendo patente a diferença entre edifícios do tipo Hijovejo ou Dehesa Boyal, face a outros como Avenoso ou mesmo Rincón Porquero 1 e 2, que muito dificilmente se poderão sequer incluir na categoria de recintos-torre (Fig. 17).

Deste modo, creio que será de rever, ou documentar melhor, a pretensa unidade do conjunto, e a sua funcionalidade primária enquanto rede de patrulhamento e vigia de toda a região. Na realidade, nos trabalhos mais antigos esta unidade do conjunto era bem menos patente, deixando-se entrever a enorme diversidade de soluções arquitectónicas inerentes aos recintos de La Serena (Ortiz Romero, 1991).



1



2



3



4



5



6

Fig. 17 Recintos-torre da Extremadura (La Serena): 1 – Hijovejo; 2 – Dehesa Boyal; 3 – Cancho Roano; 4 – Avenoso; 5 – Rincón Porquero 2; 6 – Rincón Porquero 1.

As edificações andaluzas do Alto Guadalquivir sofrem, creio, de idêntico problema. Apesar dos intensos e relevantes estudos desenvolvidos nos últimos anos (Moret, 1995, 1999, 2004), que em muito contribuíram para a intensificação do debate, e para um esclarecimento mais cabal do possível enquadramento histórico destas edificações.

As construções andaluzas apresentam, geralmente, uma muito maior qualidade construtiva que as congéneres mais ocidentais, integrando um verdadeiro *opus quadratum*, mais raro no Alentejo, ainda que sigam um mesmo conceito arquitectónico. Segundo P. Moret (1995, 1999), o processo de instalação dos recintos andaluzes em meio rural teria decorrido a par da implantação e desenvolvimento do mundo provincial, a partir da viragem da Era, constituindo um fenómeno mais tardio que o reconhecido no território extremeño e alentejano. Este modelo de instalação ocuparia, essencialmente, terrenos mais difíceis e parcelados, menos propícios a explorações do tipo *villae*, que floresceriam nas áreas de melhores solos, rio abaixo (Moret, 1999, p. 82).

Todavia, como já em outro local aponte, tenho algumas reservas quanto a este desfazamento cronológico, em particular por se tratar de uma ampla região que terá sido ocupada e pacificada anteriormente ao Ocidente peninsular (Mataloto, 2002). As minhas reservas decorrem, principalmente, do facto de ser sistematicamente ignorada a menção, nos trabalhos de Fortea e Bernier (1970), da recolha de cerâmica campaniense em sítios como Torre Morana, Calderón, Cuevas de Sequeira, Cornicabra, Sastre, entre outros (Fortea & Bernier, 1970, p. 33, *passim*), o que permite, creio, entrever uma fase de arranque destas instalações em momentos mais próximos aos propostos para os territórios ocidentais.

5. Os recintos-torre e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Ebora* no contexto histórico do Sudoeste peninsular

A estabilização do Império e a reorganização do espaço provincial nos finais do século I a.C. constituiu um novo momento da instauração do poder de Roma; todavia, o modo titubeante como surgiram as novas províncias (Pérez Vilatela, 2000), poderá constituir um bom indício sobre a dificuldade sentida em reorganizar um espaço que, apesar de há muito controlado, ainda não seria devidamente conhecido e ocupado.

A fundação de cidades, colónias ou não, será um passo absolutamente determinante na nova política de ocupação e apropriação territorial do Império, traçada entre César e Augusto.

A fundação, provavelmente *ex nihilo*, da cidade de *Liberalitas Iulia Ebora* (entre 31 e 27 a.C.: Faria, 2001, p. 355) e da capital da província da Lusitânia, *Augusta Emerita* (22 a.C.: Pérez Vilatela, 2000, p. 82), marcará, sem margem para dúvida, toda a dinâmica da instalação romana no território alto-alentejano.

Apesar de quase duas décadas de intensos trabalhos arqueológicos na cidade de Évora, intensificados nos últimos anos, pouco ou nada se sabe, efectivamente, da evolução da cidade romana à margem do esboçado em torno de alguns grandes edifícios, caso do templo (Hauschild, 1994) ou das termas (Correia, 1993; Sarantopoulos, 1994). Nada, ou muito pouco, se sabe das dinâmicas comerciais da cidade e do modo como se relacionava com o seu *ager*, ainda que seja de supor que não fosse substancialmente distinto do reconhecido para outras cidades interiores.

A cronologia de fundação proposta para os fortins em geral, e os recintos-torre em particular (Mataloto, 2002, p. 218), parece acompanhar, ou anteceder ligeiramente, a fundação destas entidades urbanas, preconizadoras de uma verdadeira integração do espaço alentejano na construção do mundo provincial romano.



Fig. 15 Fortins romanos do Alto Alentejo.

Creio que terá sido a necessidade de conhecer e controlar o território, previamente à sua reestruturação, que terá justificado a instalação destas unidades de povoamento ainda muito marcadas pela arquitectura militar. A dispersão dos fortins nesta vasta região integrar-se-ia numa lógica de reconhecimento, apropriação e exploração do território, num momento onde, após a instabilidade gerada pelos diversos episódios das Guerras Civis, se começaria a esboçar um novo quadro institucional de ocupação e ordenamento das velhas províncias (Fig. 18).

De momento, apenas se conhecem instalações deste tipo para nordeste de Évora, situadas no máximo a duas dezenas de quilómetros da cidade, apesar de o seu território já ter sido intensivamente prospectado (Calado, 2003).

Os fortins reconhecidos nas imediações de *Liberalitas Iulia Ebora* situam-se todos numa envolvente alargada da Graça do Divor, tal como acontece com o Castelo dos Mouros. Ligeiramente para Oeste deste, sobre uma pequena elevação de vertentes bem vincadas, implanta-se a torre de Vale d'El Rei. O recinto-torre da Sempre-Noiva localiza-se a escassos quilómetros para nascente do Castelo dos Mouros utilizando, como este, um imponente aparelho ciclópico. Para nordeste, já no concelho de Arraiolos, localiza-se a casa forte de Santa Justa, de aparelho relativamente cuidado, mas de grande dimensão. O Castelo do Mau Vizinho, um possível recinto, situa-se igualmente nesta área. Também nas imediações destes se localiza a pequena ocupação do Vale do Pereiro, tida como da Idade do Ferro (Calado & Rocha, 1997, p. 105), mas que creio tratar-se, na realidade, de um recinto fortificado tardo-republicano, que se enquadra totalmente no contexto dos fortins alentejanos (Mataloto, 2002).

O estudo do povoamento tardo-republicano e de inícios do período Imperial no território alto alentejano encontra-se ainda numa fase muito embrionária, limitando sobremaneira qualquer tentativa de enquadramento territorial dos fortins.

No entanto, é necessário termos em linha de conta que a inconstância do poder de Roma ao longo de toda a primeira metade do século I a.C., com os dois episódios das Guerras Civis,

acabou por se reflectir no espaço peninsular, provocando bastante instabilidade que veio a afectar directamente todo o Sul da península em geral, e o Ocidente em particular, como nos transmitem as fontes clássicas (Varrão, R. R., I. 16.2, *apud* Fabião, 1998, p. 520; *Bellum Hispaniense, passim, apud* Moret, 1999), e nos deixam entrever as celebrações de triunfo em Roma, pelos governadores da Hispânia (Fabião, 1992, p. 227). A instabilidade acabaria por gerar um cenário aparentemente hostil e incerto que poderia justificar a utilização de uma arquitectura de cariz defensivo numa nova rede de ocupações estimulada pelo poder de Roma, até momentos muito avançados do século I a.C.

O povoamento indígena parece sofrer uma forte reestruturação nos finais do século II/inícios do século I a.C., detectando-se a continuidade de ocupação em alguns dos que são, ou se tornam, os maiores povoados da região, caso de Vaiamonte (Monforte), Castelo Velho de Veiros (Estremoz), Serra de Segóvia (Campo Maior), Évora Monte (Estremoz), Castelos do Monte Novo (Évora) ou Castelo Velho do Degebe (Reguengos). Este facto não invalida que outros de menores dimensões, como o Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo), Granja (Estremoz) ou Castelo das Juntas (Moura), permaneçam ocupados durante este período, tornando evidente que não foi um processo linear.

A ausência de estudos aprofundados não permite caracterizar efectivamente a ocupação e a diacronia destes povoados, limitando a avaliação do seu papel como grandes centros populacionais. Não é certo que todos eles permaneçam ocupados até ao início do período Imperial, podendo, como é o caso de Vaiamonte, de longe o mais bem conhecido, cobrir apenas parte da diacronia republicana (Fabião, 1996, p. 60).

Apesar do escasso conhecimento que detemos sobre eles, creio que continuaram a ser os principais centros habitacionais até à fundação das novas cidades romanas, permanecendo alguns ocupados muito para além deste momento. A exemplo deste facto será importante referir que, no caso concreto do Castelo Velho do Degebe os vestígios materiais da ocupação republicana são pouco significativos se comparados com a abundância de *terra sigillata* itálica e da Gália, evidenciando uma vitalidade absolutamente inusitada³ no arranque do período imperial.

Numa perspectiva geral, a presença destes focos de povoamento não parece ter desempenhado um papel relevante na distribuição dos fortins no Alto Alentejo, na medida em que, como já se referiu, não aparentam ter centralizado qualquer tipo de concentração na sua envolvente, a modo de policiamento, o que não obsta que, por vezes, estejam estreitamente relacionados em termos visuais, como acontece entre o fortim dos Beíquidos e Vaiamonte ou entre o Caladinho e o povoado fortificado do Monte do Outeiro. Todavia, é importante ressaltar que a recente reavaliação das antigas ocupações de Évora Monte pelo Prof. Dr. Manuel Calado e a associação deste local à importante cidade de *Dipo* (Guerra, 1998; Alarcão, 1988, 2001) poderiam fazer recentrar a questão, na justa medida em que muitos dos fortins se dispõem num arco não muito alargado desta; no entanto, certamente que não se dispõem todos em função deste local, que terá sido um dos centros capitais do período tardo-republicano no território alentejano.

Se as estruturas de povoamento de raiz indígena se encontram muito mal conhecidas, já as realidades de aparente fundação romana disponibilizam um conjunto de dados ligeiramente maior. A recente intervenção no sítio do Monte da Nora (Gonçalves, Morán, Posselt & Teichner, 1999) e a reavaliação do papel desempenhado pelo Castelo da Lousa clarificam um pouco melhor o contexto tardo-republicano regional em meados do século I a.C. Ambas as instalações apresentam características, na minha perspectiva, eminentemente militares (Mataloto, 2002, p. 213), deixando entrever um contexto local ainda bastante inseguro nos meados do século I a.C., quando são aparentemente fundados, que justificasse a presença de importantes destacamentos militares

na região. Estas instalações militares parecem ter surgido, segundo proposta recente (Fabião, 1998, p. 264), num contexto de reinstalação do poder de Roma, após a forte desestabilização que os episódios sertorianos criaram no Ocidente peninsular. Este facto traz-nos de novo à colação a cidade de *Dipo*, e logo Évora Monte, na justa medida em que foi um dos palcos deste mesmo conflito (Fabião, 1998, p. 55; Alarcão, 2001, p. 39).

Este processo de “reconquista”, marcado por fortificações bastante menores que os grandes acampamentos, constituiria o primeiro passo de uma nova estratégia de ocupação, da qual viria a resultar, menos de um século depois, a sociedade provincial romana. Os fortins alentejanos seriam, então, em minha opinião, um segundo momento deste processo, prévio à ocupação rural dos campos (Mataloto, 2002, 2004).

O início da ocupação rural de cariz agrícola é, praticamente, desconhecido no Alto Alentejo, ainda que em algumas *villae* tenham sido identificados materiais de cronologia tardo-republicana e do início do período imperial. Recentes trabalhos de escavação na *villa* de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) permitiram identificar um primeiro momento de ocupação augustano, atestado pela presença de *terra sigillata* itálica, paredes finas e ânforas da classe 15/Haltern 70 (Gomes, Macedo & Brazuna, 2000, p. 61).

No território de *Pax Iulia* (fundada entre 31-27 a.C.: Faria, 2001, p. 352), o início da ocupação rural romana parece efectivar-se, através da instalação de colonos, ainda antes da mudança da Era, como se pôde verificar na área da Vidigueira (Sillières, 1994, p. 92) ou na *villa* das Neves (Castro Verde) (Maia & Maia, 1996, p. 92). É bastante plausível supor que no Alto Alentejo a instalação rural romana de cariz agrícola possa ter acompanhado o processo baixo alentejano, à semelhança do parece acontecer com a fundação das entidades urbanas, veja-se o caso da *villa* da Tourega (Pinto & Lopes, 2006, p. 213).

A confirmar-se esta possibilidade, os fortins em geral, e os recintos-torre em particular, estariam certamente em actividade no desenrolar deste processo, partilhando o espaço com as ocupações de cariz eminentemente agrícola, que marcarão a paisagem rural ao longo de todo o período imperial.

Na realidade, desta coexistência decorrerá, essencialmente, um processo de adaptação ou abandono, perceptível pela integração, ou não, de algumas destas estruturas megalíticas romanas em amplas *villae*, como foi já apontado.

Redondo, Idos de Março de 2008,
revisto e ampliado no Outono de 2008

NOTAS

* Rui Mataloto – Município de Redondo;
rmataloto@gmail.com;
será publicada uma versão reduzida deste texto
na revista *A Cidade de Évora*.

¹ Gostaria de inserir uma nota de gratidão a Susana Estrela, Catarina Alves, Helena Barranhão, Pedro Lourenço, Bruno Fernandes entre outros, que participaram no desenho dos alçados, aqui apresentados.

² Gostaria de agradecer aos colegas e amigos V. Mayoral e E. Cerrillo, do Instituto de Arqueologia de Mérida (CSIC), a oportunidade que foi concedida a mim e a Mário de Carvalho de integrar as equipas de prospecção por eles coordenadas na região de La Serena.

³ Estes dados resultam de uma abordagem preliminar, efectuada por mim e pelo Dr. Pedro Barros, ao conjunto de materiais daí provenientes em depósito na EDIA – Empresa de Desenvolvimento da Infraestrutura de Alqueva.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. (2001) - A localização de *Dipo* e *Evandriana*. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 10, pp. 39-42.
- ALMEIDA, R. (2006) - *As produções anfóricas do Guadalquivir no quadro das importações de Scallabis. Contributo para o conhecimento dos tipos minoritários no Ocidente peninsular*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia.
- ALMEIDA, M. J.; CARVALHO, A. (1998) - Ânforas da *uilla* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:2, pp. 137-163.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) - As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, pp. 279-297.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006) - Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, pp. 153-176.
- BOAVENTURA, R.; BANHA, C. (2006) - Ânforas da região de Monforte: contributo para o conhecimento do comércio rural romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 24, pp. 360-399.
- CALADO, M. (1996) - Recintos ciclólicos do Alentejo central. *A Cidade de Évora- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Évora*. Évora. IIª série. 1, pp. 275-285.
- CALADO, M. (2003) - *Inventário de Património de Évora*. Relatório apresentado à Câmara Municipal de Évora.
- CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (2000) - O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Revista de Guimarães – volume especial. Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. II, pp. 759-774.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) - *Carta Arqueológica do Redondo*. Redondo: Câmara Municipal.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz. 1, pp. 99-130.
- CORREIA, V. H. (1993) - As termas romanas de Évora. A estratigrafia do *laconicum*. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 27-36.
- DIOGO, A. (1987) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 5, pp. 179-191.
- FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ/INIC (Cadernos da Uniarq. 1).
- FABIÃO, C. (1992) - O passado proto-histórico e romano. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal. Vol. 1: antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 79-299.
- FABIÃO, C. (1993-1994) - O azeite da *Baetica* na *Lusitania*. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, pp. 219-245.
- FABIÃO, C. (1996) - O povoado da Cabeça de Vaia Monte (Monforte). *A Cidade-Revista Cultural de Portalegre*. Nova Série. Lisboa. 11, pp. 31-80.
- FABIÃO, C. (1998) - *O mundo indígena e a sua romanização na área celtica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Vol. I e II, policopiado.
- FABIÃO, C. (2000) - Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da *Baetica* no Ocidente peninsular. In *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Écija, 1998). Sevilla: Editorial Gráficas Sol, II, pp. 665-682.
- FABIÃO, C. (2004) - Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)* Universidad de Cádiz, Noviembre 2003. Oxford, B.A.R., int. ser., 1266., pp. 379-410.
- FABIÃO, C.; NORTON, J.; CARDOSO, J. L. (1997) - O recinto fortificado de Casa Branca (Ferreira do Alentejo). *Al-madan*. Almada. II série. 6, pp. 38-42.
- FARIA, A. (2001) - *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4, pp. 351-362.
- FORTEA, J.; BERNIER, J. (1970) - *Recintos y fortificaciones ibéricas en la Bética*. Salamanca: Universidad.
- FRADE, H. (1993-1994) - A Torre de Centum Celas (Belmonte): uma *villa* romana. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, pp. 87-106.
- GONÇALVES, A.; MORÁN, E.; POSSELT, M.; TEICHNER, F. (1999) - New aspects of the romanization of the Alto Alentejo (Portugal): evidence from a geophysical and archeological survey at the Monte da Nora (Terrugem). *Arqueologia*. Porto. 24, pp. 101-110.
- GOMES, S.; MACEDO, M.; BRAZUNA, S. (2000) - Apresentação dos trabalhos arqueológicos de 1997 na *villa* de Santa Vitória do Ameixial. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, pp. 52-67.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- HAUSCHILD, T. (1994) - Évora. Vorbericht über die Ausgrabungen am römischen Tempel 1989-1992. *Madriener Mitteilungen*. Mainz. 35, pp. 314-335.

- MAIA, M.ª; MAIA, M. (1996) - Os *castella* do Sul de Portugal de Portugal e a mineração da prata nos primórdios do Império. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal, pp. 60-81.
- MATALOTO, R. (2002) - Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da "romanização" dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, pp. 161-220.
- MATALOTO, R. (2004) - Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C. In MORET, P.; CHAPA, T., eds. - *Torres, atalayas y casas fortificadas: explotación y control del territorio en Hispania (S. III a. de C. - S. I d. de C.)*. Jaén: Universidad, pp. 31-54.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) - Les amphores de São Cucufate (Beja). In MAYET, F.; ÉTIENNE, R., eds. - *Itinéraires lusitanéens*. Paris: De Boccard, pp. 71-109.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) - Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Universidad de Cádiz, noviembre de 2005*. Oxford: Archaeopress, pp. 127-133.
- MOREL, J. P. (1981) - *Céramique campanienne. Les formes*. 2 vols. Roma: École Française de Rome.
- MORET, P. (1990) - Fortins, "Tours d'Hannibal" et fermes fortifiées dans le monde ibérique. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 26:1, pp. 5-43.
- MORET, P. (1995) - Les maisons fortes de la Bétique et de la Lusitanie romaines. *Revue des Études Anciennes*. Bordeaux. 97:3-4, pp. 527-564.
- MORET, P. (1999) - Casas fuertes romanas en la Bética y la Lusitania. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. - *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez (Coll. Casa de Velázquez; 65), pp. 55-89.
- NORTON, J.; CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. (2006) - Ânforas do Vale do Guadiana: o material da «Cidade das Rosas» no Museu de Serpa. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, pp. 225-232.
- ORTIZ ROMERO, P. (1991) - Excavaciones y sondeos en los recintos tipo Torre de la Serena. *Extremadura Arqueológica*. Cáceres. 2, pp. 301-318.
- ORTIZ ROMERO, P. (1995) - De recintos, torres y fortines: usos (y abusos). *Extremadura Arqueológica*. Cáceres. 5, pp. 177-193.
- ORTIZ ROMERO, P.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1998) - Culturas indígenas y romanización en Extremadura: castros, *oppida* y recintos ciclópeos. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A., ed. - *Extremadura protohistórica: paleoambiente, economía y poblamiento*. Cáceres: Universidad de Extremadura, pp. 247-278.
- PEACOCK, D.; WILLIAMS, D. (1986) - *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide*. London-NewYork: Longman.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) - De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. In GORGES, J.-G.; NOGALES, T., eds. - *Sociedad y cultura en Lusitania romana: IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: Junta de Extremadura [etc.], pp. 73-84.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2006) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, pp. 299-316.
- PINTO, I. V. (2003) - *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate* (Beja). Lisboa: Universidade Lusíada.
- PINTO, I. V.; LOPES, C. (2006) - Ânforas das *villae* romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13, pp. 197-224.
- QUARESMA, J. C. (2005) - Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, pp. 403-428.
- QUARESMA, J. C.; CALAIS, C. (2005) - S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-claudiana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, pp. 429-447.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (1986) - Avance a primera campaña de excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena). El sondeo núm. 2. *Norba*. Cáceres. 7, pp. 25-41.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (1989) - Poblamiento prerromano y recintos ciclópeos de la Serena, Badajoz. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 17, pp. 45-65.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (2003) - Defensa y territorio en la Beturia: castros, *oppida* y recintos ciclópeos. In *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*. León: Universidad; Madrid: Casa de Velázquez, pp. 219-251.
- SARANTOPOULOS P. (1994) - Os banhos públicos de *Liberalitas Iulia Ebor*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34:3-4, pp. 273-278.
- SILLIÈRES, P. (1994) - Les premiers établissements romains de la région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal). In GORGES, J.-G.; SALINAS, M., eds. - *Les campagnes de la Lusitanie romaine*. Madrid-Salamanca: Casa de Velázquez, pp. 89-98.
- SILVA, A. C. (1999) - *Salvamento arqueológico no Guadiana*. Beja: EDIA.
- WAHL, J. (1985) - Castelo da Lousa: ein Wehrgehöft caesarich-augusteischer Zeit. *Madrider Mitteilungen*. Mainz. 26, pp. 150-176.

